II - confeccionar certidão de realização do estágio por ocasião do desligamento, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, locais de realização do estágio, dos períodos cumpridos, da carga horária e da avaliação do seu desempenho; III - enviar à instituição de ensino superior conveniada, com periodicidade mínima de seis meses, relatório das atividades desenvolvidas, dando ciência, anterior e obrigatória, ao estagiário;

IV - dar suporte ao CEAf-MP/PA nas questões relacionadas ao processo seletivo de estagiários;

V - zelar pelo cumprimento dos convênios e termos de compromisso de estágio firmados com os estagiários e as instituições de ensino superior conveniadas;

VI - manter a disposição da fiscalização os documentos comprobatórios da relação de estágio.

CAPÍTULO VII DO CERTIFICADO DE ESTÁGIO

Art. 28. O Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista os critérios de avaliação expostos no modelo de avaliação de desempenho de estagiário, os relatórios do estagiário e a devolução do crachá de identificação, poderá expedir, ao término do estágio e depois de decorrido o prazo mínimo de um ano consecutivo de efetivo desenvolvimento das atividades, o certificado de estágio, o qual valerá, segundo critérios da Comissão de Concurso, como título em concurso para ingresso na carreira de membro do Ministério Público.

Parágrafo único. Considerar-se-ão como tempo de efetivo desenvolvimento das atividades os períodos de afastamento de que trata o art. 23, incisos I a VII, desta Resolução.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. A Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa adotará as providências necessárias para a elaboração e a produção dos modelos de convênio, plano de atividades do estagiário, termo de compromisso de estágio, solicitação de estágio, avaliação de desempenho de estagiário, atestado de frequência, certificado de estágio e outros que porventura sejam necessários ao fiel cumprimento das disposições contidas na Lei Federal nº 11.788, de 2008, e nesta Resolução.

Art. 30. Os casos omissos serão dirimidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa.

Art. 31. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Ficam revogadas a Resolução nº 011/2009-CPJ, de 10 de agosto de 2009, e a Resolução nº 009/2010-CPJ, de 30 de junho de 2010.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 30 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Corregedor-Geral do Ministério Público

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

GERALDO MAGELA PINTO DE SOUZA

Procurador de Justiça

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

Procurador de Justiça

ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO

Procuradora de Justiça

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Procurador de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora de Justiça

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Procurador de Justiça

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador de Justiça

EDNA GUILHERMINA SANTOS DOS SANTOS

Procuradora de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Procuradora de Justiça

MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA

Procuradora de Justiça

ANA LOBATO PEREIRA

Procuradora de Justiça

TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Procuradora de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 007/2011-CPJ, DE 30 DE JUNHO DE 2011 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 252191

Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, órgão da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 117, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006, e nos arts. 145 a 149 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO a Resolução nº 58, de 20 de julho de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, que estabelece critérios para a regulamentação da concessão e pagamento de diárias, destinadas à cobertura de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana, nos deslocamentos de membros a serviço, R E S O L V E:

Art. 1º Regularmente a concessão e o pagamento de diárias aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 2º O membro do Ministério Público Estadual que se deslocar a serviço, em caráter eventual ou transitório, da localidade de exercício para outra, no território nacional ou internacional, além das respectivas passagens, fará jus à percepção de diárias para indenização das despesas extraordinárias de alimentação, hospedagem e locomoção urbana, na forma prevista nesta Resolução.

§ 1º Ao membro do Ministério Público Estadual que se deslocar, no interesse da instituição, para participar de congresso, seminário ou evento similar de caráter estadual, nacional ou internacional, serão concedidas diárias e passagens ou indenização de transporte.

§ 2º A autorização para a concessão de diárias pressupõe, obrigatoriamente, a correlação do motivo do deslocamento com as atribuições do cargo ou com as atividades desempenhadas no exercício da função comissionada ou do cargo em comissão.

Art. 3º As diárias serão pagas por dia de afastamento, com observância dos seguintes critérios:

I - valor integral da diária, no deslocamento que importar pernoite fora da sede de exercício;

II - metade do valor da diária, quando o deslocamento não exigir o pernoite fora da sede de exercício; e

III - metade do valor da diária, para o deslocamento que exigir o pernoite fora da sede de exercício, quando fornecida hospedagem.

§ 1º Nos casos de deslocamentos que incluam finais de semana ou feriados, o pagamento será excepcional, devendo estar o pedido expressamente justificado pelo requerente.

§ 2º Nas circunscrições da mesma região metropolitana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes regularmente instituídos na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, será devido o pagamento de diária quando o deslocamento importar em necessidade de pernoite, assegurado, na hipótese de o retorno à sede ocorrer no mesmo dia, o ressarcimento das despesas com alimentação e transporte urbano comprovadamente realizadas.

§ 3º O pagamento de diárias deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, Portal da Transparência e no Diário Eletrônico, com indicação do nome do membro, cargo ou função, destino, período de afastamento, atividade a ser desenvolvida, valor despendido e número do processo administrativo referente à autorização, sem prejuízo das normas correlatas emanadas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º O membro não fará jus à diária:

I - quando a administração arcar com todas as despesas;

II □- na hipótese de o deslocamento não exigir indenização de despesa com alimentação, hospedagem ou transporte urbano; e

III - no caso de cancelamento ou atraso da viagem motivado pela empresa transportadora, desde que esta custeie a hospedagem, alimentação e transporte urbano.

Art. 5º O valor das diárias dos membros é escalonado por faixa funcional e finalidade, em conformidade com a Tabela de Valores de Diárias constante do Anexo I, que é parte integrante da presente Resolução.

Parágrafo único. A diária autorizada para colaborador eventual está sujeita às regras da presente Resolução e será correspondente ao valor da diária atribuída ao membro ou servidor da Instituição, conforme a respectiva posição ocupada em outro Ministério Público ou a especialidade do prestador de serviço.

Art. 6º As diárias serão concedidas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º O pedido de concessão de diárias somente será conhecido se feito individualmente no formulário específico constante do Anexo II, que é parte integrante da presente Resolução.

§ 1º Recebido no Serviço de Protocolo do Ministério Público, o formulário a que se refere o "caput" deste artigo seguirá o fluxo constante do Anexo IV, parte integrante da presente Resolução. § 2º O modelo de formulário constante no Anexo II será utilizado na solicitação inicial e na complementação ou prorrogação do deslocamento.

Art. 8º As diárias serão pagas antecipadamente, mediante crédito em conta corrente e em única parcela, desde que o formulário citado no "caput" deste artigo seja protocolizado com antecedência mínima de sete dias úteis da data da viagem, podendo, excepcionalmente, ser pagas no decorrer ou após o afastamento, caso o deslocamento tenha se dado em razão de urgência devidamente justificada.

Art. 9º O efetivo deslocamento de membro que importe em pagamento de diárias deverá ser comprovado no prazo máximo de quinze dias, a contar da data do retorno, por intermédio do formulário constante do Anexo III.

§ 1º A comprovação do deslocamento grafado no "caput" se dará mediante a juntada ao formulário constante do Anexo III dos cartões de embarque, canhotos de bilhetes de passagem, notas fiscais ou recibos de serviços de transportes, ou por outros documentos válidos que comprovem a realização da viagem.

§ 2º Não havendo comprovação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, o beneficiário será registrado em "Diversos Responsáveis" e ficará sujeito ao desconto, em folha de pagamento, do valor recebido.

Art. 10. As diárias recebidas em excesso, nas hipóteses de retorno antecipado, serão devolvidas pelo membro em cinco dias, contados do seu retorno.

§ 1º Cancelada a viagem, o membro devolverá as diárias, em sua totalidade, no prazo de cinco dias, a contar da data prevista para a viagem.

§ 2º Não ocorrendo a restituição no prazo previsto no "caput" deste artigo, aplicar-se-á ao beneficiário as disposições constantes no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Na hipótese de deslocamento autorizado em desacordo com as normas estabelecidas nesta Resolução, a autoridade proponente, o ordenador de despesas e o membro beneficiado responderão solidariamente pela devolução imediata da importância paga e do custo das passagens.

§ 4º A restituição das diárias previstas no "caput" e no § 1º deste artigo dar-se-á, preferencialmente, por meio de depósito na conta do Ministério Público do Estado, no Banco do Estado do Pará S. A. - BANPARÁ.

§ 5º Os bilhetes de passagem referidos no § 1º do art. 9º e o comprovante da restituição das diárias não utilizadas mencionado no § 4º deste artigo deverão ser entregues no Protocolo do Ministério Público, apensos ao formulário constante do Anexo III.

Art. 11. Nas viagens sem recebimento de diárias será obrigatória a devolução dos bilhetes de passagem utilizados ou seu similar, no prazo de cinco dias, contados da data do retorno, na forma prevista no § 5º do artigo anterior.

Art. 12. As situações não previstas nesta Resolução serão analisadas e decididas pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 13. Os anexos são partes integrantes desta Resolução e poderão ser alterados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogada a Resolução nº 003/2009-CPJ, de 19 de fevereiro de 2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 30 de junho de 2011.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Corregedor-Geral do Ministério Público

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

GERALDO MAGELA PINTO DE SOUZA

Procurador de Justiça

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

Procurador de Justiça

ESTER DE MORAES NEVES DE OUTEIRO

Procuradora de Justiça

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Procurador de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procuradora de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora de Justiça

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça